




(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="226 847 593 874">Casa da Rua Pe. João Afonso, n. 110</p>	<p data-bbox="611 451 808 659">Municipal Conselho Deliberativo do Patrimônio. Decreto n. 695 de 4/2/2002.</p>	<p data-bbox="819 451 1223 834">Casarão construído por volta da segunda metade do século XIX, em estilo colonial. Sofreu alterações ao longo do tempo, mantendo ainda algumas das suas características originais. Sua fachada é composta de uma porta dividida em duas folhas de madeira e outra em madeira inteiriça, além de duas janelas em vidro e madeira, no mesmo sistema da porta de duas folhas de abrir. O telhado é em quatro águas e telhas curvas simples.</p>	<p data-bbox="1234 451 1485 722">Imóvel particular, porém o uso comercial garante o acesso à parte das dependências internas. Além disso, a fachada pode ser considerada aberta à contemplação dos visitantes.</p>	<p data-bbox="1496 451 1845 611">Conforme laudo de vistoria enviado pelo município ao IEPHA/MG, no âmbito da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, seu estado de conservação é bom.</p>	<p data-bbox="1856 531 2098 547">_____</p>
 <p data-bbox="304 1262 517 1311">Casa da Rua Tenente Azevedo, n. 228</p>	<p data-bbox="611 882 808 1145">Municipal Conselho Deliberativo do Patrimônio. Sem decreto de tombamento, mas inscrito no Livro de Tombo.</p>	<p data-bbox="819 882 1223 1297">Provavelmente, trata-se de um dos imóveis mais antigos de Itamarandiba. Construído ainda no século XVIII. Existe, numa das janelas frontais, uma marcação com o ano de 1726. O telhado é em quatro águas, com telhas antigas e armação de madeira. As paredes são de pau-a-pique, acima do solo, formando uma espécie de porão. A junção das paredes é feita por colunas de madeira, pintadas na mesma cor das portas e janelas, que possuem barrado até a altura do parapeito.</p>	<p data-bbox="1234 882 1485 1153">Imóvel particular, porém o uso comercial garante o acesso à parte das dependências internas. Além disso, a fachada pode ser considerada aberta à contemplação dos visitantes.</p>	<p data-bbox="1496 882 1845 1098">Conforme laudo de vistoria enviado pelo município ao IEPHA/MG, no âmbito da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, seu estado de conservação é bom, necessitando apenas de pequenos reparos.</p>	<p data-bbox="1856 882 2098 1098">Recomenda-se que o município faça parceria com o proprietário do imóvel tombado, para a implementação das ações de conservação preventiva.</p>

(Conclusão)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="297 786 521 839">Prédio da Rua Tabelião Andrade, n. 177</p>	<p data-bbox="611 448 719 472">Municipal</p> <p data-bbox="611 512 786 707">Conselho Deliberativo do Patrimônio. Sem decreto de tombamento, mas inscrito no Livro de Tombo.</p>	<p data-bbox="819 448 1216 775">Edificação em estilo eclético, construída provavelmente nas primeiras décadas do século XX. Mantêm praticamente inalteradas suas características originais. Implantada no alinhamento da rua, possui fachada composta de platibanda com elemento decorativo central, cunhais em alvenaria e janelas com esquadrias de metal e vidro. Pertence atualmente à Acesita Energética.</p>	<p data-bbox="1238 448 1480 719">Imóvel particular, porém funcionando atualmente como sede da prefeitura, o que garante o acesso às suas dependências internas. Além disso, sua bela fachada está aberta à contemplação dos visitantes.</p>	<p data-bbox="1498 448 1816 608">Conforme laudo de vistoria enviado pelo município ao IEPHA/MG, no âmbito da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, seu estado de conservação é bom.</p>	<p data-bbox="1946 528 2013 536">_____</p>

1.6 Minas Novas

Bandeirantes paulistas chefiados por Sebastião Leme do Prado chegaram à região onde é hoje o município de Minas Novas em 1727. Consta que, trabalhando à margem de um afluente do rio Fanado, no córrego que depois recebeu o nome de Bom Sucesso, encontraram com facilidade ouro e diamantes. Passados apenas três anos, a pequena povoação que ali se constituiu foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Nossa Senhora do Bonsucesso das Minas Novas do Araçuaí. Por resolução régia de 1729, Minas Novas esteve sujeita administrativamente e militarmente ao governo da capitania de Porto Seguro da Bahia, só vindo mais tarde, em 1760, a incorporar-se à comarca de Serro Frio, da capitania de Minas Gerais. A abundância do ouro e dos diamantes foi responsável por imprimir ao povoado um ritmo acelerado de crescimento, o que determinou sua elevação à categoria de cidade, em 1840, com o nome de Minas Novas e freguesia de São Pedro do Fanado. Seu território era bastante amplo e englobava muitas localidades, hoje seus municípios vizinhos, como Teófilo Otoni, Araçuaí, Itamarandiba, Capelinha e Turmalina. Com o esgotamento das lavras de ouro e dos diamantes, por volta do início do século XIX, a economia voltou-se predominantemente para a agropecuária e para o comércio. Durante boa parte do século XIX Minas Novas manteve-se enquanto centro econômico e político do norte de Minas, cedendo lugar, sobretudo no século XX, para a cidade de Montes Claros.

Minas Novas ainda mantém preservados diversos testemunhos do apogeu econômico que experimentou no passado, destacando-se, inclusive, pela singularidade de seus exemplares da arquitetura colonial. O “Sobradão”, tombado em nível federal, é considerado o mais alto edifício de adobes e esteios erguido no Brasil. A Igreja de São José também se destaca por ser o único exemplar conhecido no país de partido octogonal da época colonial.

As obras de restauração e instalação do Museu Regional do Vale do Jequitinhonha no Sobradão, projeto do governo de Minas Gerais, foram interrompidas em virtude da falta de recursos, porém devem ser consideradas estratégicas para o desenvolvimento

do turismo no pólo. Além de possuir um belíssimo acervo de peças do artesanato do Vale do Jequitinhonha, o Museu, devidamente instalado, com a loja que está prevista, poderá contribuir não apenas para a divulgação e comercialização dos produtos do artesanato da região, incluindo Minas Novas e outros municípios com produtos de qualidade, como é o caso de Capelinha, Turmalina e outros, como atuar de forma mais articulada com os agentes locais na implementação de uma política mais sistemática para esse importante setor, cujo interesse é inegável em termos turísticos.

O centro histórico de Minas Novas é formado praticamente por uma única rua e existem diversas edificações de interesse que ainda não foram objeto de medidas de proteção, como as igrejas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora do Rosário. A Igreja do Amparo, por exemplo, foi reformada pela paróquia em 1997, sofrendo várias descaracterizações.

O processo de adensamento do núcleo da cidade vem sendo responsável pela demolição das edificações de interesse histórico e sua substituição por construções de arquitetura contemporânea, descaracterizando a sua ambiência e reduzindo paulatinamente o seu potencial em termos do turismo histórico-cultural. Como se verá adiante, Minas Novas possui apenas seis imóveis tombados, e é preciso um esforço conjunto das diferentes esferas de governo e da sociedade para evitar que o desgaste do tempo, aliado à falta de recursos, própria da região, e, sobretudo, o adensamento desordenado da cidade venham prejudicar ainda mais esse patrimônio de Minas e do Brasil. O município não possui legislação urbana, contudo, tendo em vista a perspectiva da realização do Plano Diretor Municipal, uma das exigências estabelecidas pelo PRODETUR, recomenda-se atenção especial ao setor e a adoção de instrumentos e medidas urbanísticas que venham garantir, em consonância com o desenvolvimento socioeconômico, a preservação do patrimônio histórico-cultural de Minas Novas.

É importante ressaltar que o patrimônio cultural do município não se restringe apenas às edificações históricas existentes, destacando-se por suas manifestações folclóricas, como é o caso das festas do Divino Espírito Santo, do Rosário, do Carnaval – que é responsável por atrair um grande número de visitantes – e, sobretudo, pelo artesanato, realizado à base de diversos materiais, principalmente argila, madeira e algodão. A

feira realizada aos sábados é uma antiga tradição, com a presença dos produtores rurais, que levam suas mercadorias para serem vendidas na cidade.


Na administração municipal existe a Secretaria de Cultura, mas sua ação no campo da preservação do patrimônio histórico-cultural é bastante limitada, devido à falta de recursos financeiros e também, por consequência disso, de equipe técnica. Motivada pela Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, que possibilita o repasse de recursos aos municípios que tenham uma atuação efetiva na área, a estruturação da política de patrimônio é bastante recente, podendo ser citadas como iniciativas principais a Lei Municipal n. 1.276, de 8 de Abril de 2002, que regulamentou a proteção do patrimônio, conforme o disposto no art. 216 da Constituição Federal, e a que criou o Conselho Municipal Deliberativo de Patrimônio Cultural e os tombamentos de dois sobrados.

Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, foi realizado pelo IEPHA/MG um curso de capacitação para a realização de inventário de bens móveis e imóveis, com a finalidade de proporcionar ao município a oportunidade de realizar o mapeamento e tombamentos com vistas ao recebimento da cota-parte do ICMS, algo que ainda está por ser feito. Devido à presença de tombamentos nos níveis federal e estadual, existe o acompanhamento da 16ª Sub-Regional do IPHAN de Diamantina e do IEPHA/MG. Porém, esses órgãos também encontram-se sem recursos para a realização dos investimentos necessários.

QUADRO 1.4


Patrimônio Histórico-Cultural do município de Minas Novas do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha –
Caracterização geral dos imóveis tombados – Minas Gerais – 2003

(Continua)


NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
	<p>Federal</p> <p>IPHAN Processo 597-T-59, inscrição n. 28, folha 7 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, de 25/9/1959.</p>	<p>Construção de estrutura autônoma de madeira e pau-a-pique de quatro pavimentos, não usual para este tipo de técnica construtiva. Data de 1821 e já foi fórum da comarca. Quando se cogitou da criação da Província de Minas Novas (1856), foi indicado para palácio do governo. Parte das paredes é de adobe. Possui oito portas e 59 janelas. A porta da fachada lateral esquerda tem pé direito duplo e dá acesso à escadaria de acesso aos pavimentos superiores. O imóvel hoje pertence à prefeitura.</p>	<p>O acesso é permanente. No primeiro pavimento, estão instaladas a Secretaria de Cultura e Turismo e a loja da Associação de Artesãos de Minas Novas. No segundo, funcionam aulas de música. Há uma grande sala de reuniões no terceiro. O restante está sem uso, pois o imóvel está passando por reformas.</p>	<p>Entre regular e ruim, necessitando de intervenção. A obra de restauração do prédio, que inclui a instalação do Museu Regional do Vale do Jequitinhonha, está parada. Observou-se que alguns pés de esteio, junto ao solo, estão sofrendo apodrecimento e ataque de cupins. Os pisos também necessitam de reparo. A instalação elétrica ainda não foi concluída, mas já se notam gambiarras.</p>	<p>Dada a sua singularidade e seu potencial turístico, há a necessidade urgente de serem retomadas as obras de restauração. O projeto de restauração e instalação do Museu Regional do vale do Jequitinhonha foi atualizado pelo IEPHA e deverá ser incorporado ao PDITS.</p>

Sobradão


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p>Capela de São José</p>	<p>Federal</p> <p>IPHAN Processo n. 720-T-63, inscrição n. 396, folha 64, no Livro Histórico, em 27/4/1967.</p>	<p>Único exemplar de igreja com planta octogonal no Brasil. A inspiração bizantina veio da França. Consta que a igreja foi construída por uma senhora francesa inválida, dona do solar em frente, para que ela pudesse rezar sentada defronte à sua janela no segundo andar. A nave tem formato octogonal e a capela-mor, hexagonal, com sacristia lateral esquerda. Possui uma varanda à frente, fechada com elementos verticais de madeira. O sino fica em uma janela lateral da nave, do lado esquerdo, e tem a data de 1728.</p>	<p>O acesso é permanente. Porém, é necessário, fora dos momentos de culto, pedir a chave ao zelador da Igreja.</p>	<p>Entre bom e regular, necessitando de intervenção. Presença de rachaduras no canto esquerdo frontal da sacristia. Talha e forros necessitando de restauração e de combate ao cupim. Necessita de projeto paisagístico, pois o jardim atual não permite boa visão e valorização do bem. Não há plano de controle e incêndio e os alarmes não funcionam.</p>	<p>Os fatos apontados no laudo de vistoria foram informados ao IEPHA-MG e ao IPHAN. Apesar de o imóvel não estar em condições precárias, em virtude de seu valor histórico e potencial turístico, recomenda-se a elaboração e execução de projeto de restauração de elementos artísticos e conservação preventiva.</p>


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="293 890 524 914">Capela de São Gonçalo</p>	<p data-bbox="611 445 707 469">Estadual</p> <p data-bbox="611 512 730 635">IEPHA/MG Decreto n. 20.557 de 13/5/1980</p>	<p data-bbox="835 445 1200 884">Capela construída por volta de 1728. De partido simples, retangular, com nave e capela-mor num só corpo, sacristias laterais e telhado em duas águas, revestido de telhas capa e bica. A fachada é composta por uma imponente portada, trabalhada em almofadas, assim como as portas laterais. Estrutura autônoma de madeira e paredes em pau-a-pique. O embasamento é de pedra, nivelando o terreno de suave declive para a direita, formando um pequeno porão nessa lateral.</p>	<p data-bbox="1216 445 1496 608">Devido ao seu precário estado de conservação, o imóvel encontra-se atualmente interditado, medida tomada pela paróquia.</p>	<p data-bbox="1518 445 1798 948">Ruim, necessitando de intervenção. A parede lateral esquerda está tombada para fora e com rachaduras. O travamento da estrutura de madeira não está bom. Há uma trinca no embasamento embaixo da portada. A estrutura do telhado está abalada, com risco de cair. O altar mor está infestado de cupins, assim como os outros elementos de madeira. Toda a parte elétrica e hidráulica encontra-se em condições precárias</p>	<p data-bbox="1839 445 2085 667">A edificação necessita urgentemente de restauração completa. O projeto, de autoria do IEPHA, está orçado em R\$230.000,00 e deverá ser incorporado ao PDITS.</p>


(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p>Igreja Matriz de São Francisco</p>	<p>Estadual IEPHA/MG Decreto n. 20.557 de 13/5/1980</p>	<p>Construída provavelmente na segunda metade do século XVIII, a igreja tem proporções mais horizontais, com nave central, capela-mor, duas capelas laterais e sacristias. A frente é composta por uma grande porta central de acesso e três portas com guarda-corpo acima, no coro. O sino encontra-se no meio, acima, e possui abertura central próxima à cumeeira. A estrutura autônoma é de madeira e as paredes são de pau-a-pique.</p>	<p>O acesso é permanente. Para entrar, fora do horário das missas, basta pedir autorização na Casa Paroquial, ao lado. A capacidade máxima de carga é de 40 visitantes. A visitação é maior na época das festas e celebrações religiosas, dentre elas o dia de São Francisco, o Cerco de Jericó e a Semana Santa</p>	<p>Regular, necessitando de intervenção. Elementos artísticos integrados, altar-mor e retábulos estão infestados por cupins, com partes faltantes e perda da camada pictórica. Verifica-se desarticulação das peças de alisar. Os forros, o barroteamento e as soleiras do piso apresentam ataque de cupins. Há uma sobrecarga na rede e ausência de pára-raios, não há extintores, nem plano de combate a incêndio e o alarme não funciona.</p>	<p>A edificação necessita de obras de restauro e de conservação preventiva. Projeto de restauração arquitetônica, incluindo plano de combate de incêndio e furtos, elaborado pelo IEPHA, está orçado em R\$ 155.000,00 e será incluído no PDITS.</p>

(Continua)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="230 954 589 999">Sobrado da Praça Sebastião Leme do Prado, 15</p>	<p data-bbox="607 453 824 695">Municipal</p> <p data-bbox="607 523 824 695">Conselho Deliberativo do Patrimônio. Decreto n. 16 de 13 de março de 2003.</p>	<p data-bbox="831 453 1205 983">Imóvel pertencente à prefeitura, onde funciona a sua sede. O prédio, com as feições atuais, foi inaugurado em 1937. Apresenta características que transitam entre o eclético e o moderno. Implantado em lote de esquina, a entrada principal se dá em nível acima da rua, vencido por escada ladeada por colunas. Estrutura autoportante com vedação em tijolos maciços, cobertura original em várias águas, com cumeeira em “L”, paralela em ruas frontais, vedação em telhas cerâmicas, tipo capa canal curva, com platibanda frontal acompanhando as ruas principais.</p>	<p data-bbox="1211 453 1503 536">O acesso é permanente, tendo em vista o uso administrativo do imóvel.</p>	<p data-bbox="1509 453 1827 651">Conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, no âmbito da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, o imóvel apresenta-se em bom estado de conservação.</p>	<p data-bbox="1834 504 2089 520">—</p>

(Conclusão)

NOME E IDENTIFICAÇÃO ICONOGRÁFICA	ESFERA DE TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VISITAÇÃO CONDIÇÕES/FLUXO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES/ RECOMENDAÇÕES
 <p data-bbox="248 874 568 895">Sobrado da Rua São José, n. 36.</p>	<p data-bbox="613 461 719 481">Municipal</p> <p data-bbox="613 528 775 671">Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n. 60 de 17/10/2001.</p>	<p data-bbox="837 461 1196 871">Não se sabe ao certo a data de construção deste sobrado, originário provavelmente do fim do século XVIII. Originalmente, tinha partido em "L", porém hoje é retangular, em virtude de desabamentos ocorridos em alguns pontos e acréscimos em outros. Estrutura mista em vedação de tijolos de adobe nas paredes externas e pau-a-pique nas internas. As fachadas frontal e lateral apresentam grandes aberturas para a rua, em vãos de peitoril com vergas retas.</p>	<p data-bbox="1218 461 1487 620">Imóvel de propriedade particular, cujo estado de conservação, bastante precário, prejudica sua contemplação e, sobretudo, sua visitação.</p>	<p data-bbox="1516 461 1807 679">Conforme laudo de vistoria técnica elaborado pelo município, visando a repasse do ICMS do Patrimônio Cultural, o estado de conservação é ruim, necessitando intervenção.</p> <p data-bbox="1516 687 1823 987">A estrutura do telhado encontra-se bastante desgastada e com ataque de cupins, assim como os outros elementos de madeira. Parte do telhado já caiu e há risco de novos desabamentos. As paredes e revestimentos precisam de reparos e a instalação elétrica está exposta.</p>	<p data-bbox="1836 461 2092 815">O prédio necessita de restauração arquitetônica completa. O proprietário não tem condições de arcar com as despesas. Recomenda-se que o município busque a assessoria técnica do IEPHA para elaboração do projeto e recorra às fontes de financiamento disponíveis para o setor.</p>

1.7 São Gonçalo do Rio Preto

Há duas versões históricas para o surgimento do arraial de São Gonçalo do Rio Preto. Uma delas é de que teria se originado na segunda metade do século XVIII, em torno da capela de São Gonçalo, erigida por iniciativa do sargento-mor Manuel Jácome Soeiro, conforme provisão de 1769. A outra é de que em 1808 o português Vitoriano da Rocha teria iniciado a construção de uma capela na margem esquerda do rio Preto mas, devido à sua morte, a conclusão da obra acabou sendo feita por Gonçalo Pereira de Carvalho, tendo-se ao redor dessa capela, formado o arraial. Alguns historiadores supõem, porém, que essa segunda capela teria sido construída em consequência da ruína da primeira. A paróquia de São Gonçalo do Rio Preto foi instituída por alvará régio de 8 de outubro de 1820, e o povoado foi elevado à categoria de distrito de Diamantina em 1838. Pela Lei n. 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito passou a denominar-se Felisberto Caldeira. Em 1962, pela Lei n. 2.764, de 30 de dezembro, tornou-se município autônomo, voltando a chamar-se São Gonçalo do Rio Preto apenas em 1986.

Apesar da presença de algumas edificações de interesse local e histórico, como a Matriz de São Gonçalo do Rio Preto, da Capela de Bom Jesus e da Casa de Cultura Felisberto Caldeira Brant, o município não possui bem imóvel tombado. Destacando-se muito mais por seu patrimônio natural e por suas manifestações culturais, como é o caso dos grupos folclóricos Marujada do Rio Preto e Folia de Reis. As principais festas religiosas do município são: a de São Sebastião, em janeiro; a Semana Santa, com representação ao vivo nas ruas e praças; a de Nossa Senhora da Conceição, em maio; a de São João, Senhor do Bonfim e Santo Antônio, em junho; a de Nossa Senhora do Rosário e São Gonçalo, em agosto; e a Folia de Reis e Pastorinhas, no final de dezembro e início de janeiro.

Em São Gonçalo, o número de atrativos naturais é bastante significativo, devendo ser destacado: o Parque Estadual do Rio Preto; as cachoeiras, como a da Sempre Viva e do Crioulo; as praias do Lapeiro e da Ponte do Alecrim; e, de modo geral, toda sua

paisagem natural, incluindo fauna e flora variadas, afloramentos rochosos e a presença de pinturas rupestres.

Motivada pela Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, foi instituída no município a Política de Proteção do Patrimônio Cultural, Lei n. 347 de 16 de abril de 2001, e criado, recentemente, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, pelo Decreto n. 04, de 17 de março de 2003. Os últimos gastos na manutenção de bens culturais estão relacionados à reforma da Casa de Cultura e a obras nos imóveis da Marujada.

Conforme as exigências do IEPHA/MG para a inserção dos municípios nos benefícios da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, a administração municipal deverá realizar o inventário de seus bens culturais, primeiro passo para a definição dos imóveis que deverão ser alvo de proteção por meio de tombamento. Dado o interesse turístico da cidade, recomenda-se um acompanhamento maior das ações municipais na área do patrimônio e, sobretudo, apoio técnico por parte dos órgãos executores do Prodetur em Minas Gerais.